

PROBLEMAS QUE AFETAM A DISTRIBUIÇÃO DE PRODUTOS AGRÍCOLAS

Augusto César Zeferino, Ph.D.*

1. Introdução:

Três fatores básicos estão presentes no processo de distribuição de produtos agrícolas: 1) produção de suficiente quantidade de produtos para atender a demanda; 2) um fluxo regular de produtos; 3) uma superfície de demanda medida em termos de quantidade e qualidade, significando suficiente poder de compra dos consumidores para pagar por produtos que desejam comprar. Estes três fatores conjuntamente, quando bem alinhados, conduzirão a um grau satisfatório de eficiência no atendimento das necessidades nutricionais de uma determinada população. Assim o setor de distribuição dos produtos agrícolas não pode ser analisado de uma maneira isolada e, sim, associada a outros fatores participantes do processo.

O suprimento de produtos agrícolas deve ser olhado como um processo envolvendo diferentes meios que incluem produção, processamento e transferência dos produtos das áreas de produção pa-

*Professor do Departamento de Geociências da UFSC.

ra os pontos de demanda. Diversos elementos específicos estão presentes neste processo, como seleção e produção de safras, classificação, embalagem, transporte, armazenamento, distribuição, sistema de vendas (marketing), etc... Isto envolve um sistema no qual o setor produtivo é altamente dependente do processo de comercialização das mercadorias, requerendo uma estrutura eficiente que irá garantir ao produtor a venda do que ele tem a oferecer. Hoje em dia, sabemos que no Brasil, de um modo geral, os contactos diretos entre produtor e consumidor final têm diminuído graças à ação dos intermediários. Assim, distanciado do consumidor, o produtor necessita de segurança para adquirir auto-confiança, permitindo a ele produzir em escala comercial. Uma área de produção sem a presença de um eficiente sistema de conexões físicas e operacionais com as áreas de mercado pode levar a uma desnecessária superprodução com desastrosas consequências, incluindo altos custos de armazenamento, perdas eventuais, etc.

2. Problemas Relacionados com a Produção

No Brasil, o modelo econômico estabelecido pela administração pós-1964, caracterizado por políticas do tipo "substituição das importações" e "exportação agressiva", possibilitou o aparecimento de uma política agrícola seletiva voltada para a exportação e produção de energia (álcool). Os resultados foram as mudanças dramáticas na composição do "output" agrícola brasileiro responsável, segundo alguns, por um acréscimo no suprimento interno de produtos agrícolas básicos. Isto tem também contribuído para o êxodo rural o qual, por sua vez, tem contribuído para aumentar os problemas sociais nas cidades.

Ribeiro chama a atenção para o fato de que o fornecimento de alimentos nas áreas urbanas tem sido negativamente afetado pelo alto índice de crescimento demográfico das cidades como resultado da migração rural/urbana e, obviamente, do crescimento natural da população. Este crescimento necessariamente requer um incremento no suprimento de produtos agrícolas nas cidades. Hoje, segundo Ribeiro, "... nós temos de 10 a 12 milhões de pessoas no país, sem trabalho."¹

O próprio governo reconhece os desacertos das políticas passadas, muitas delas em franco progresso ainda hoje, apesar das mudanças políticas caracterizadas pelo fim do governo militar e entrada de um governo com feições democráticas. A COBAL, em documento produzido para sugerir novas políticas para o setor agrícola relativas à distribuição de alimentos, sugere que o modelo exportador adotado pelo governo "acentuou o processo de concentração fundiária e expulsou enormes contingentes populacionais do campo para as cidades."² A partir daí estas pessoas deixaram de ser produtoras e se tornaram consumidoras apenas, contribuindo ainda mais para aumentar a dependência da cidade com relação ao campo, requerendo esforços também mais intensos de uma já abalada estrutura produtiva. Além disso, na busca da concentração de terras, embora não declaradamente planejada, o governo o fez de uma tal forma que os grandes estabelecimentos agrícolas foram beneficiados com maiores incentivos como crédito farto, pesquisa técnica e assistência global.

Melo alerta para o fato de que a nova administração (março de 1985) tentou mudanças na filosofia econômica do governo anterior, baseada na exportação e produção de energia.³ Todavia, aquela filosofia já havia produzido efeitos danosos na produção de produtos agrícolas para consumo doméstico. Resultados positivos das mudanças mais recentes nas políticas agrícolas exigirão longos e árduos esforços. A figura 1 mostra a produção agrícola percapita para o Brasil no período 1977/1984. A produção per capita de safras voltadas para a exportação e produção de energia supera a produção voltada para o consumo doméstico a qual, na realidade, decresceu 1,94 pontos por ano de 1977 a 1984. Esta queda, na ausência de medidas compensatórias através de estocagem e/ou importação, afeta o preço dos alimentos para os consumidores finais e, no caso de famílias de baixa renda, resulta na destinação de uma fatia maior dos já minguados salários para a alimentação, deixando pouco ou nada para outras necessidades básicas.

Melo⁴ destaca cinco fatores básicos como responsáveis pelo comportamento da economia na diminuição da produção agrícola para consumo doméstico:

- 1) o desequilíbrio tecnológico entre culturas de exportação, cana-de-açúcar e aquelas de mercado interno (domésticas);
- 2) uma política cambial, principalmente a partir de fevereiro de 1983, bastante incentivadora das exportações;
- 3) uma certa reversão, a partir de 1983, no comportamento dos preços internacionais de nossos produtos de exportação, em parte devida à recuperação econômica mundial, resultando em preços algo mais favoráveis ao nosso país;
- 4) a eventual continuação, no restante desta década, do programa do álcool, com metas de produção ampliadas em relação à atual, de 10,7 bilhões de litros em 1985;
- 5) a severa recessão econômica que o país enfrenta desde 1981, devendo a nossa população chegar ao final de 1984 com um padrão médio de vida cerca de 17% inferior ao de 1980."

De acordo com Melo,⁵ fatores um e dois são particularmente importantes. O primeiro (desequilíbrio tecnológico entre produção para exportação e produção de energia versus produção para consumo doméstico), caso não seja corrigido, poderia comprometer o comportamento futuro de todo o setor de produção agrícola para consumo doméstico. Assim, o Brasil que é considerado o segundo maior exportador de alimentos do mundo, não é capaz de alimentar seu próprio povo. O segundo fator está ligado ao fato de que o Brasil, como o segundo maior país devedor do mundo (após os EUA), precisa de dinheiro para pagar juros e capital em tal escala que o país tem sido literalmente compelido a expandir seus esforços de exportação.

Essa política de exportação tem ido além, ou seja, tem aumentado a dependência econômica brasileira dos interesses multinacionais na medida em que a dinâmica do setor agrícola tem sido cada vez mais determinada pelas regras do sistema comercial internacional.⁶

Outro importante fator que afeta a eficiência social da distribuição de produtos agrícolas pode ser relacionado com o fato de os lucros estarem sendo apropriados por outro setor do sistema de produção-suprimento de produtos agrícolas que não os produtores e consumidores. Um estudo feito pela Secretaria da Agricultura de Santa Catarina⁷ em Florianópolis mostra um aumento no preço dos produtos entre o atacadista e o varejista, variando entre 48,5% e 144,7% para vários produtos. Isto signi-

fica que uma considerável margem do valor pago pelos consumidores não retorna ao produtor e, sim, vai parar nas mãos do intermediário. Em geral, de acordo com o mesmo estudo, os produtores não recebem, na média, mais que 20% do preço pago pelos consumidores finais. Com tão complexos e amargos resultados, os pequenos produtores rurais tendem a deixar suas atividades para trás e procurar as áreas urbanas. Este movimento irá afetar ainda mais a produção e o fluxo de produtos agrícolas das áreas produtoras para as áreas consumidoras.

3. Problemas Relacionados com o Fluxo dos Produtos

Um fluxo regular e contínuo de produtos agrícolas resulta de uma produção suficiente e de um bem organizado sistema de distribuição de um lado, e de uma demanda sadia no outro extremo do processo. Sob estas condições, o fluxo normal irá ocorrer naturalmente.

A produção agrícola no Brasil voltada para o consumo doméstico, como foi anteriormente discutido, tem sido negativamente afetada por vários fatores intervenientes, embora novas políticas voltadas para mudar aquela tendência tenham sido introduzidas recentemente.

Além dos fatores ligados à produção e demanda, o fluxo de produtos requer um sistema de facilidades físicas para classificação, estocagem e comercialização da produção. Estruturas de comercialização incluem ambos os tipos: atacado e varejo. Em uma economia de mercado livre ambos os níveis de comercialização são prioritariamente desenvolvidos e controlados pelo setor privado. Todavia, em uma economia em desenvolvimento como o Brasil, com poucos recursos, o governo tem continuamente aumentado sua participação no setor para complementar a limitada participação do setor privado, principalmente ao nível de atacado. Este fato, de certa forma, contribui para, em áreas onde atuam as CEASAS, por exemplo, manter um fluxo regular de produtos agrícolas.

Levantamento feito por este autor junto as prefeituras das 16 cidades mais importantes de Santa Catarina, mostra que um dos principais fatores dados pelos administradores municipais para justificar a insatisfação com a presente e caótica situação de

distribuição de produtos agrícolas em suas áreas é a ausência de uma estrutura tipo CEASA. Todos os respondentes concordam que uma CEASA na sua região seria um importante passo para resolver o problema da produção, fluxo e demanda por produtos agrícolas.⁸

4. Problemas Relacionados com a Demanda

Demanda requer a existência de um determinado número de consumidores com suficiente poder de compra. Todavia, estas duas condições não são facilmente encontradas juntas em áreas subdesenvolvidas. Para ilustrar, vejamos a estrutura de renda da população brasileira a qual apresenta, conforme o esperado, um perfil bastante pobre.

Tabela 1 - Renda mensal em salários mínimos para o Brasil-1980.

Quantidade de Salários Mínimos	Total	Número de Famílias %	Acumulado
Sem Renda Fixa	510.511	1,9	1,9
< 2	11.401.694	42,5	44,4
> 2 < 5	8.312.051	31,0	75,4
> 5 < 10	3.852.089	14,4	89,8
> 10 < 20	1.834.560	6,8	96,6
> 20	895.843	3,4	100,0
Total	26.806.748	100,0	-

FONTE: FIBGE - Censo Demográfico - 1980. Rio: 1982.

A tabela 1 mostra a renda mensal familiar medida em salários mínimos para 1980. Mais de dois quintos do total de famílias apresentavam em novembro de 1980 renda inferior ao equivalente a dois salários mínimos, isto é, cerca de \$ 185,20 US dólares. Em novembro de 1984 o valor do salário mínimo já havia decaído para \$ 61,22 US dólares. Em 1980, trinta e um por cento do número total de famílias ganhavam de dois a cinco salários mínimos, ou seja, uma renda muito baixa. De 1960 a 1980, mudanças na renda real da população economicamente ativa, conforme aparece na tabela 2, apresentam valores negativos para os estra-

tos de renda mais baixos.

Tabela 2 - Mudança na renda real da População Economicamente Ativa (PEA) - 1960/1980.

Decils da PEA	Variação (%)		
	1960/70	1970/80	1960/80
10% Inferior	-66,3	-45,4	-52,2
40% Inferior	-20,8	-13,1	-15,6
40% Superior	-38,9	-14,7	-22,6
10% Superior	+50,7	+21,8	+31,2

FORNTE: José Peliano. **Aspectos da Distribuição da Renda no Brasil.** Rio: FIBGE, 1982. p.3.

Para o período de vinte anos entre 1960 e 1980 o estrato 10% mais baixo apresenta uma redução de renda equivalente a 52,2%. Somente o estrato 10% mais alto apresenta resultado positivo, com 31,2% de ganho no mesmo período. Os outros 80% da PEA apresentam um decréscimo de renda acima de 15%.

É óbvio que com a queda da renda real para a maioria da população brasileira, o poder de compra também foi afetado. A figura 2 mostra um decréscimo constante nos índices de mudança do poder de compra do salário mínimo no Brasil entre 1977 e 1983. Em 1983, tendo por base o ano de 1977, o poder de compra do salário mínimo era de 74,1% do valor registrado para 1977. Assim, a maioria da população brasileira tornou-se 25,9% mais pobre em 1983 quando comparada com a situação de 1977.

Uma renda tão baixa cria sérias dificuldades para milhões de pessoas, principalmente nas áreas urbanas, impedindo-as de comprar suficientemente alimento para atender suas necessidades.

Referências

1. Ivan Otero Ribeiro (1985). "O Problema da Produção de Alimentos", in: Anais do Encontro Nacional de Abastecimento Urbano. Florianópolis, SC: CIDASC, p.348.

2. COBAL (1985). "Diretrizes para uma Política de Abastecimento Popular". Cadernos do Abastecimento (2). Brasília, D.F.: COBAL, p.10.
3. Fernando Homem de Melo (1985). "Conflito entre Produção de Alimentos versus Exportação e Produção de Energia", in: Anais do Encontro Nacional de Abastecimento Urbano. Florianópolis, SC: CIDASC, p.300.
4. Ibid., pp.305/306.
5. Ibid.
6. Ibid., 2.
7. Remi Alencar Werner e Roquelino Braun (1983). **Horticultura: Questões do Abastecimento**. Florianópolis, SC: ACARESC, p.27.
8. Augusto César Zeferino. **Location Analysis of Public Wholesale Agricultural Marketing Facilities in Southern Brazil**. Tese de doutorado não publicada. Universidade de Wisconsin-Milwaukee, Departamento de Geografia. Milwaukee, Wisconsin - USA: 1987.

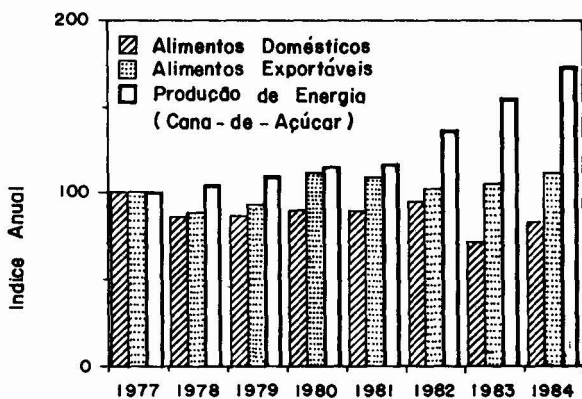


Figura 1. Evolução dos Índices de Produção por Habitante: 1977 - 1984

Fonte dos dados Básicos: Fernando H. de Melo. Anais do Seminário Nacional de Abastecimento Urbano. Florianópolis: CIDASC, 1985, p. 302.

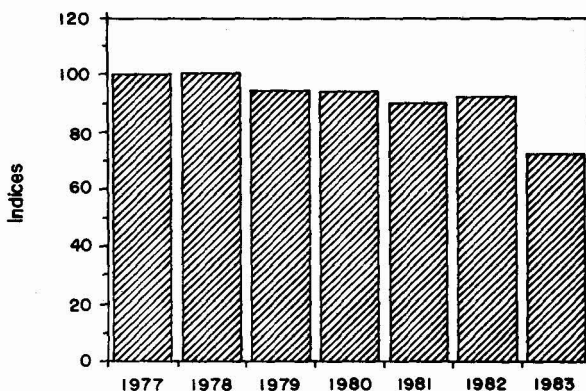


Figura 2. Evolução dos Salários Reais (Salário Mínimo): 1977 - 1983

Fonte dos Dados Básicos: Fernando H. de Melo. Anais do Seminário Nacional de Abastecimento Urbano. Florianópolis: CIDASC, 1985, p. 304.